



Biograph



TESSITURAS DA HISTÓRIA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NAS NARRATIVAS DE PROFESSORES APOSENTADOS

Jacira Helena do Valle Pereira Assis
PPGEDU/CCHS/UFMS – jpereira.dou@terra.com.br

Introdução

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa¹ a qual teve como objetivo reunir as memórias de oito professores aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). No recorte buscamos por docentes que atuaram nas décadas de 1960, 1970 e 1980, período que abrigou os primeiros cursos de nível superior isolados, a criação da Universidade Estadual de Mato Grosso que, posteriormente, se tornou a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Além disso, são essas as décadas que demarcam o período da divisão do estado de Mato Grosso (1977).

A seleção por professores aposentados deu-se, principalmente, por compreendermos que estes se constituem como importantes protagonistas da história da educação a qual, por sua vez, compõe a memória da UFMS e da cidade de Campo Grande/MS, afinal “[...] as ocorrências relatadas por professores em exercício são geralmente inconclusivas, não didáticas, e orientam-se para a decisão. Os professores aposentados parecem gostar de partilhar as suas conclusões e vivências com os outros”. (BEN-PERETZ, 2007, p. 211).

Nesse sentido, perscrutamos nas histórias de vida, as trajetórias pessoais, escolares, acadêmicas e profissionais para conhecer, nos registros da memória, as vivências e experiências que se apresentam individualmente, mas nos possibilitam realizar um importante exercício de iluminar as narrativas para verificar as expressões dos valores sociais, pois a

¹ A pesquisa foi coordenada por Jacira Helena do Valle Pereira Assis e Sônia da Cunha Urt professoras do Programa de Pós- graduação em Educação/CCHS/UFMS. Contou com a efetiva participação de doutorandos e mestrandos, alunos da disciplina “Identidade e memória”, no ano de 2009. Os resultados desta pesquisa foram publicados no livro: PEREIRA, J H V; URT, S. C. Episódios do passado: memórias de professores aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, Editora da UFMS, 2013. 178 p.

memória é um fenômeno coletivo, construído dialeticamente nas relações sociais. (HALBWACHS, 1994).

Com base em Lang (2000), a proposta não foi buscar a “verdade” nos fatos e acontecimentos do passado, os quais são narrados pelos professores, mas sim aquilo que foi dotado de significado, sentido e relevância para eles.

Para Halbwachs (1994), Pollack (1992) e Bosi (1994), a memória é seletiva e, nesse sentido, é de suma importância oportunizar ao professor a autonomia em selecionar mentalmente as lembranças das vivências que remetem às suas pertencas com a docência. Desse modo, os trajetos, os mecanismos e os caminhos trilhados pela memória podem trazer elementos de como cada professor vê e sente o mundo.

Para tanto, empregamos a história de vida como técnica metodológica (QUEIROZ, 1988), esta se constituiu como uma estratégia para conhecer os significados, as ressignificações e a dinâmica que cada professor atribuiu às suas vivências, propiciando ao pesquisador desvelar as relações do indivíduo com o meio social, o grupo ao qual pertence e seu posicionamento frente à profissão docente.

É por meio das narrativas de história de vida que o professor exercita suas reflexões e as vivências do passado podem se tornar as experiências do presente. Logo, a memória não é revivida, ela é repensada, reconstruída e refeita com a bagagem que se acumulou hoje.

Para nortear o trabalho, problematizamos: quais expressões e aspectos sociais podem ser identificados a partir da memória individual de professores aposentados, considerando que a memória individual é uma expressão da memória coletiva sobre a história da UFMS? Operamos com alguns autores, tais como: Queiroz (1988) e Lang (2000) no que concerne à técnica de história de vida. Pollack (1992), Halbwachs (1994) e Bosi (1994) os quais versaram sobre a memória individual e social; Benjamin (1992), Goodson (2007) e Nóvoa (2007) para abordar as narrativas autobiográficas e, por fim, Ben-Peretz (2007), no que se refere especificamente aos guardados da memória de professores aposentados.

O presente trabalho foi organizado em dois tópicos, quais sejam: o primeiro, de cunho teórico-metodológico, tensiona se a narração por ser uma expressão da memória, que por sua vez é seletiva, parcial, ideológica é capaz de corroborar para a produção do conhecimento. Que papel cabe ao pesquisador? Como se desata a armadilha da memória na

produção de um conhecimento histórico e social? Realizam-se algumas aproximações a fim de compreender a relevância das narrativas como fontes de pesquisa.

No segundo tópico, apresentamos um desenho da universidade em estudo sobre sua propositura como estadual até a sua federalização, com base no que foi narrado pelos oito docentes aposentados, em cruzamento com outras fontes-, são trazidos elementos das histórias de vida e da historiografia, que reconstruíram os espaços sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e do município de Campo Grande/MS. Por último, as considerações finais.

1 Entre o narracional e o epistemológico

[...] a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor*, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história. Apetecia-me dizer: “É proibido proibir” ou “Livrai-vos dos cães de guarda metodológicos” (BOURDIEU, 2002, p. 26).

“Narrativa” é uma palavra que deriva do verbo “narrar”, cuja etimologia provém do latim *narrare*, que remete ao ato de contar, relatar, expor um fato, uma história. O conceito de “narrativa” aparece no dicionário Houaiss (2001, p. 308) como “história, conto, narração, o por fim, modo de narrar”. Para Walter Benjamin o termo – “narrativa” – compreende sentido/significado muito além do que traz o dicionário, tem um caráter significado histórico-sociológico. Tanto que o filósofo alemão construiu o ensaio “O Narrador” para alertar sobre o desinteresse que cerca a narração e a importância de se resgatá-la.

Para Benjamin (1992, p. 197), a arte de narrar tem se extinguido. É como se as pessoas estivessem perdendo uma faculdade que antes parecia segura e inalienável: “[...] a faculdade de intercambiar experiências [...] a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente [...]” O referido autor tratava da modernidade, do aparecimento do romance e dos avanços tecnológicos “[...] somos pobres em histórias surpreendentes [...] os fatos já nos chegam acompanhados de explicações.” (BENJAMIN, 1992, p. 203).

Dessa forma, a riqueza, o extraordinário da narrativa está no fato de deixar o leitor livre para interpretar a história como quiser. É isso que dá à narrativa uma amplitude que não existe na informação: “A informação só tem valor no momento em que é nova.”. Em contrapartida, a narrativa “[...] não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver.” (BENJAMIN, 1992, p. 204).

A pergunta que fazemos é o que alcançamos com a primazia do narracional sobre o epistemológico? Ou ainda, as narrativas são contrárias a epistemologia? Afinal, o que é epistemologia?

Utilizado no sentido da ciência crítica das ciências, a epistemologia preocupa-se com os princípios fundamentais das ciências, com os critérios de verificação e validade, além dos sistemas científicos. A epistemologia actua como uma garantia e um controlo do grau de cientificidade do conhecimento, prevenindo os obstáculos à produção científica. (PITÉ, 1997, p. 49).

Sem dúvida, as narrativas não mantêm as mesmas preocupações da epistemologia, narrativas não são feitas com amarras, não se ocupam em produzir validades. Todavia, as reminiscências e memórias constituem um meio de se conhecer o passado, afinal as narrativas trazem o que foi presenciado e/ou vivido e sistematizado num estudo detalhado de determinados acontecimentos históricos. Bourdieu trouxe uma chave de interpretação, para que perfurássemos as linearidades e continuidades aparentes da memória², pois afinal não há na história unidade, estabilidade e linearidade como quer supor o narrador.

[...] não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo [...]. (BOURDIEU, 2006, p. 190).

Que papel cabe então ao pesquisador diante das narrativas? Ora, ao pesquisador caberá proceder ao estranhamento de seus conteúdos como se deve com quaisquer fontes, afinal “[...] os pesquisadores têm insistido na necessidade de problematizar as fontes. Evita-se fetichizá-las, ou seja, acreditar que elas possam falar toda a verdade.” (GALVÃO; LOPES,

² É comum na academia depararmos com um discurso que apresenta restrições de operar com Pierre Bourdieu em estudos com o foco em memória, narrativas e biografia, argumento que encontra ancoragem a partir de sua publicação no célebre texto: “A ilusão biográfica”. Pelos limites deste texto, não vamos aprofundar numa defesa das ideias do autor, mas concordamos com Passeguil (2014, p. 232): “A ilusão biográfica” parece impedir que se avance nas leituras de Pierre Bourdieu, que no nosso entender aderiu ao biográfico em *A Miséria do Mundo* e escreve sua autobiografia intelectual em *Esboço de auto-análise*, comprovando a sua “conversão” ao gênero. Todavia trazendo para ele a força de seu pensamento revolucionário, transformando a narração numa reflexividade (auto) crítica, sociologicamente fundamentada.

2010, p. 70). Acrescentamos também a posição de Montagner (2007) sobre o fazer do pesquisador: “Os eventos biográficos não seguem uma linearidade progressiva e de causalidade [...] esta construção é realizada *a posteriori* pelo indivíduo ou pelo pesquisador no momento em que produz um relato oral, uma narrativa. (MONTAGNER, 2007, p. 251-2, grifo do autor).”

Ciente desses limites da fonte oral é que propusemos uma investigação em cruzamento com outras fontes, buscamos nas narrativas de professores aposentados o vivido e o experienciado por seus autores nas suas trajetórias pessoais e profissionais, com ênfase para o percurso como professor universitário.

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 2004, p. 75-76).

Esta representação do passado é concebida uma vez que a memória passa a ser entendida não simplesmente como “o passado” ou “um reflexo do passado”, mas como uma construção constante influenciada pelas identidades existentes no presente e pelas suas práticas sociais. No que se refere à seletividade da memória, Pollak (1992, p. 4-5) elucida que “[...] a memória é seletiva, nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado [...] mas o que a memória grava, recalca, exclui, relembra é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.”

Como se desata da armadilha da memória na produção de um conhecimento histórico e social? Primeiro, é preciso compreender que, a memória não deve ser entendida como um apanhado individual, mas composta de muitos sentidos entrecruzados da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiados. Em segundo lugar, a evocação da memória pelos indivíduos que presenciaram e vivenciaram determinados contextos é essencial para a análise histórica, pois possibilita um olhar diferenciado do passado, que emerge por meio das pessoas que experienciaram, fragmentos, ideias, conceitos, discursos já esquecidos e para a partir deste conteúdo compreender a próprio percurso ou ainda o presente, reconstruindo caminhos que ainda estão em construção. Afinal, como bem salientou Bosi (2003) “memória é trabalho”.

Ao abordar sobre o trabalho com história de vida, Queiroz (1988) destaca sua complexidade. Enquanto na recolha de depoimentos o pesquisador é quem conduz a fala do entrevistado, redirecionando-o sempre que este “fugir” do foco da pesquisa, na história de vida o entrevistado é quem determina os pontos que julga relevantes para serem relatados. O

pesquisador faz pequenas interferências, mas deve manter-se calado o máximo possível, por considerar que todos os aspectos pontuados são importantes para compor e explicitar a existência do indivíduo. Por outro lado, a autora deixa claro que, embora haja uma maior abstenção do pesquisador ao recolher as histórias de vida, é sempre este que direciona a pesquisa e determina as questões a serem esclarecidas.

A autora ressalta, ainda, que não deve haver uma confusão no que se refere à função específica da história de vida, dentro da pesquisa, enquanto técnica. “A coleta do material através de histórias de vida limita-se a um momento específico da pesquisa e não perdura pela totalidade da realização desta, nem é representativa da totalidade da mesma.” (QUEIROZ, 1988, p. 29). Há, após a recolha da narrativa, uma série de procedimentos a serem desenvolvidos para a análise dos dados obtidos. “A técnica [...] nada mais é que a ferramenta destinada a desencavar o dado.” (QUEIROZ, 1988, p. 29).

A técnica de história de vida é bastante criticada a partir do argumento acerca da subjetividade que a envolve e que poderia comprometer a fidedignidade à realidade vivenciada. Ora, a narrativa dos sujeitos é perpassada por fatos vivenciados na sociedade, não é uma elaboração individual. Sobre isso, Queiroz (1988, p. 36) defende que “[...] o que existe de individual e único numa pessoa é excedido, em todos os seus aspectos, por uma infinidade de influências que nela se cruzam e às quais não pode por nenhum meio escapar, de ações que sobre ela se exercem e que lhe são inteiramente exteriores.” A importância da técnica de história de vida reside, portanto, no fato desta se encontrar no “[...] ponto de intersecção das relações entre o que exterior ao indivíduo e o que ele traz em seu íntimo” (QUEIROZ, 1988, p. 40). Por fim, concordamos com Nóvoa (2007) que as histórias de vida (o autobiográfico) são:

[...] Apesar de todas as fragilidades e ambigüidades, [...] as histórias de vida têm dado origem a práticas e reflexões extremamente estimulantes, fertilizadas pelo cruzamento de várias disciplinas e pelo recurso a uma grande variedade de enquadramentos conceituais e metodológicos. (NÓVOA, 2007, p. 19).

Neste tópico buscamos algumas aproximações a fim de compreender a relevância das narrativas como fontes de pesquisa e da vigilância epistemológica necessária ao se tomar a narrativa como fonte e não como objeto de pesquisa.

2 A gênese do ensino superior público no sul de Mato Grosso: história, memória e narrativas de professores aposentados

Ouvir a voz do professor devia ensinar-nos que o autobiográfico, “a vida”, é de grande interesse quando os professores falam do seu trabalho. E, a um nível do senso comum, não considero este facto surpreendente. O que considero surpreendente, se não francamente injusto, é que durante tanto tempo os investigadores tenham considerado as narrativas de professores como dados irrelevantes. (GOODSON, 2007, p. 71).

Ao ouvir as vozes dos professores aposentados nos deparamos com a possibilidade de narrativas perpassadas por conflitos, lutas, lugares alguns sonhos despertados e ou perdidos, envolvimento e luta pelas questões sociais. Encontramos caminhos interrompidos, mas também evidências das lutas por um sonho, um ideal e as concretizações de um projeto. Neste caso a criação e os primeiros anos de docência na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que serão abordados em três eixos: o primeiro, trata da criação da referida universidade, que somente a riqueza de detalhes da memória de seus agentes poderia revelar, afinal foram idealizadores e protagonistas da instituição. O segundo, aborda os percalços no período ditatorial pós 1964, as perseguições políticas e os embates para construir uma instituição democrática e pública de ensino. No terceiro e último, as experiências de vida do professor universitário numa tentativa de trazer à práxis docente quando se está aposentado das funções e é possível na narrativa percorrer a história sem se preocupar com os controles institucionais.

2.1 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: história e memória nas vozes de professores aposentados.

Contar a história da UFMS é remontar aos primeiros cursos superiores e a Universidade Estadual de Mato Grosso. Os cursos de nível superior passaram a ser oferecidos em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, sendo, portanto, esta a gênese do ensino superior público no sul do então Estado de Mato Grosso.

Nessa reconstrução da memória social algumas personagens são recorrentes e nostálgicas, lembradas na história da cidade como o Major farmacêutico Hércules Maymone, que articulou a criação da Associação Farmacêutica Sul de Mato Grosso e a Faculdade de Farmácia a Odontologia de Mato Grosso.

Maymone tinha o contagiante sonho de ensino superior público e gratuito em Campo Grande. Para dar maior sustentabilidade ao que se pretendia com os trabalhos da Diretoria, aventou a ideia de corporificação da classe que, reunida, aderiu à concepção da “Associação Farmacêutica Sul de Mato Grosso”. Esta foi criada em seguida e, muito prestigiada, postulava no Art. 2º de seu Estatuto – “promover movimento no sentido de fundar a Escola de Farmácia”. Sabíamos, por experiências próprias, da necessidade de oportunizar aos jovens o desenvolvimento de suas aptidões, nem sempre voltadas à área de Ciências Humanas e Sociais, já oferecidas pelos salesianos. (SILVA, 2008 apud PEREIRA; NISHIMOTO, 2013, p. 70).

Entre as críticas descrentes e irônicas atribuídas à criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso, rememora Ruth Pinheiro da Silva (2008):

Finalmente, após inúmeros percalços, o Governador do Estado - Dr. Fernando Corrêa da Costa – através da Lei Nº 1755, de 09 de novembro de 1962 “Cria a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso”. Uma festa para os campo-grandenses. (SILVA, 2008 apud PEREIRA; NISHIMOTO, 2013, p. 70).

A Faculdade foi instalada provisoriamente no Colégio Estadual Campo-Grandense no período noturno e, vinculada a ela, foi criado pelo Governo um Grupo de Trabalho para discutir os cursos que seriam implantados na Faculdade de Farmácia e Odontologia – FFOMT. “A Faculdade foi autorizada a funcionar em caráter precário e, alguns anos depois, 1970, recebeu autorização definitiva do Conselho Federal de Educação”. (SILVA, 2008 apud PEREIRA; NISHIMOTO, 2013, p. 71).

Realizou-se o 1º Vestibular com as disciplinas exigidas e respectivas bancas: “As provas foram realizadas em julho de 1964. A primeira aula inaugural foi proferida pelo Dr. Clóvis Corrêa da Costa – farmacêutico e médico – que discorreu sobre a Educação em diferentes momentos e desejou o sucesso de nossa empreitada”. (SILVA, 2008 apud PEREIRA; NISHIMOTO, 2013, p. 96-97).

Já a Universidade Estadual de Mato Grosso foi criada em janeiro de 1970 pelo governador do estado Pedro Pedrossian, por meio do Decreto nº 1072. Esse momento contou com a presença do ministro da Educação e Cultura, o Senador Jarbas Passarinho entre outras autoridades. Para o prof. Padiãl, primeiro coordenador do curso de Odontologia, foi numa conversa informal que se pensou no lugar que deveria abrigar o campus da UFMS.

A faculdade de Farmácia e Odontologia nasceu, depois se transformou no Instituto de Ciências Biológicas, depois na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e depois Universidade Federal. Dr. Fernando Correa da Costa criou a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso. A parte física

VII Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica

UFMT – Cuiabá – 17 a 20/07/2016

Anais VII CIPA – ISSN 2178-0676

foi construída pelo engenheiro Pedro Pedrossian, obra monumental para a época. Conheço bem a história porque fui eu que comprei esse terreno a mando dele. Me chamou e falou: “— Padial, eu vou construir um prédio para a Universidade! Você vai lá e conversa com Dr. Licurgo, vê esse terreno quanto custa e eu vou mandar o dinheiro pra comprar”. Na época o Dr. Licurgo era presidente do Instituto de Ciências Biológicas. Eu falei: “— Governador, então o senhor me dá uma ordem por escrito”. Nós estávamos sentados em um bar, ele pegou um guardanapo e escreveu para Licurgo. Então compramos o terreno lá e foi edificada a Universidade. (PADIAL, 2008 apud DELAMO; PEREIRA, 2013, p. 96-97).

Mas do ponto de vista legal a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) foi criada pela Lei Federal nº 6.674, de 05 de julho de 1979, quando da divisão do estado, em 1979.

Foi com a lei complementar nº 31 que se originou o estado de Mato Grosso do Sul, ao desmembrar a área do estado de Mato Grosso e designar a cidade de Campo Grande como capital, por ato do Presidente da República Ernesto Geisel. (CAMPESTRINI, 2007). Depois deste ato da divisão, ocorreu a federalização da Universidade Estadual de Mato Grosso. A implantação da UFMS obedeceu ao mesmo princípio de descentralização e interiorização do ensino que havia balizado a criação da UEMT, pela Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, e que se configurava promissor e necessário a fim de atender as demandas dos pólos de desenvolvimento do estado, desde a estadual a UFMS mantém a característica de ser multicampi.

Em resumo, alguns elementos da criação da UFMS foram trazidos a fim de demarcar o seu início, nos próximos tópicos será feita uma tentativa de mostrar o movimento de criação e os percalços enfrentados pelos docentes.

2.2 Da Universidade Estadual de Mato Grosso à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: os percalços do período ditatorial pós 1964 nas vozes de professores aposentados

Na trajetória da Universidade Estadual de Mato Grosso à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, recuperamos alguns elementos históricos, por compreender que reside importância nas lembranças deste período, visto que os professores ao narrarem sobre as relações daquele momento histórico-, anos de 1960 e 1970, demarcaram a posição em relação à composição da administração e os rumos da universidade.

O primeiro Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul foi o Dr. João Pereira da Rosa. Ele perseguiu os professores, me cassou, cassou o Salvador, treze professores. Sabe por quê? Ele tinha medo. Nós realmente éramos competentes e trabalhávamos. Então ele tinha medo que nós quiséssemos o lugar dele. Ninguém estava nem pensando em cargo, nem nada. Na época era o Dr. Fragelli que era o Governador e, sendo Universidade Estadual, ele era o chanceler. João Pereira da Rosa foi lá e fuxicou para o Dr. José Fragelli que era um homem muito casto, muito puro. Falou que nós estávamos esculhambando a Universidade. Falou horrores. Então ele nos demitiu. Nos demitiu e eu fiquei muito magoado. Todo mundo entrou com uma ação para ser readmitido, eu não entrei. Falei: “— Não, não quero, não”. (PADIAL, 2008 apud DELAMO; PEREIRA, 2013, p. 99).

O percurso do Prof. Padial apresenta percalços que interromperam sua trajetória, gerando um desgaste em relação à profissão que, a princípio, parecia irreversível. Para Goodson (2007, p. 75), “[...] há *incidentes críticos* nas vidas dos professores e, em especial, no seu trabalho, que podem, decididamente, afectar a sua percepção e práticas profissionais.” Apesar do desgaste gerado pela cassação que, na visão do Professor Padial, significava o não reconhecimento do valor de seu percurso e de seus colegas de muito trabalho e dedicação, a possibilidade de voltar à Universidade depois de um tempo de reflexão tomou novo significado.

O Coronel Pimenta, que era um médico, falou: “— Padial, você não quer voltar pra Universidade?” Eu disse: “— Eu não quero nem ouvir falar de Universidade”. Isso já bem na frente. “— Mas está todo mundo voltando, rapaz, pela lei da anistia!” [...] Então, [...] fiz toda a documentação para o Dr. João Pereira da Silva voltar para a Universidade, abri o processo. [...] Bom, eu estava tão por dentro da situação que tinha gente mexendo com isso fazia dez anos, mas fiz o meu processo e em vinte e oito dias eu voltei pra Universidade. Então fiz o processo do Dr. João Pereira da Silva e ele também voltou rapidinho. O interessante é que nós fomos afastados da Universidade por um ato do Governador José Fragelli e voltamos por um ato do Governador José Fragelli, porque ele foi Presidente da República interino. Então, nessa época, ele fez um ato complementar da ementa constitucional n. 6 e os professores voltaram. (PADIAL, 2008 apud DELAMO; PEREIRA, 2013, p. 99-100).

Nesse momento surge com força a memória coletiva a qual, como assinala Bosi (2003, p. 17), aparece privilegiada no interior de uma ideologia. “E essa narrativa explicadora e legitimadora serve ao poder que a transmite e difunde.” Para outro professor entrevistado, nas lutas travadas no processo de criação da instituição também era nuclear a qualificação do corpo docente.

O quadro docente da Universidade dispunha de um pequeno número de docentes com mestrado ou doutorado e uma das reivindicações da Associação seria a concessão de bolsas de estudos para que os docentes da mesma pudessem se aperfeiçoar em outros centros como São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Porto Alegre. [...] Em prol dessas ideias, surgiu uma oposição ao Reitor Pereira da Rosa, que fazia uma administração sem ter as pretensões acima. [...] Não se via qualquer ação sua no sentido de implementar melhorias educativas que ao ver o grupo mencionado e de outros ilustres professores da UEMT, fora de Campo Grande, era indispensável para se criar uma universidade robusta, moderna, com capacidade para influir em toda vida social do sul do estado de Mato Grosso, cuja divisão ainda não ocorrera. (SILVA, 2009 apud SILVA; SILVA; PEREIRA, 2013, p. 165).

Na formação da Universidade talhada por diversas batalhas, ressaltam a determinação e ideal, visto que a ausência de um aporte financeiro criou diversas barreiras e superá-las era muito mais questão de determinação aliada a comprometimento.

Durante a vigência do Decreto 477, que todos conheceram, tive que fazer, como Pró-Reitora na época, muito empenho para livrar alunos e professores de situações no mínimo constrangedoras. Os que eram contra o sistema político instalado foram muito visados. Tudo tinha que ser tratado com muito “jogo de cintura”. Foi o auge da Ditadura Militar. Nem alunos, nem professores podiam fazer manifestações que pudessem contrapor a ditadura. O Decreto mandava “enquadrar” quem destoava da cartilha. Reuniões fora das do dia-a-dia precisavam ter autorização prévia, constando os assuntos de pauta. Foi um período muito difícil, de estagnação. Havia uma espada de Dâmocles sobre a cabeça de todo mundo. Não sabíamos em quem confiar. [...] Para você ver a intensidade deste processo de cerceamento, olha para o instituto da jubilação. É uma sobra do regime autoritário, assimilado como uma coisa saudável para o nível de ensino, porque baniu os alunos fracos. Só foi realmente tirado de dentro das universidades com a recente lei de diretrizes e bases. O ranço autoritário permaneceu por longos anos. Muitos alunos foram alijados das universidades, e foi o período que começou também a deterioração do ambiente e do ensino universitário, por causa da mudança de foco das atividades universitárias, vistas pelo sistema como fermento perigoso capaz de “subverter” a ordem social “desejada”. Confesso que vi aqui coisas completamente absurdas e que só caíram completamente há muito pouco tempo... A tal noção de “vaga social” jogou muito aluno fora da universidade: “A jubilação veio por causa da vaga social”. Ela destinava-se a ser garantia de vagas para o bom aluno, quando na realidade não era bem por isso! Era por causa dos estudantes que eles diziam ser “estudantes profissionais”, que combatiam o “*status quo*”, obviamente o autoritarismo militar. (VASCÓNCELOS, 2008 apud GARCIA; QUEIROZ; URT, 2013, p. 134-135).

Este período apareceu em muitas das narrativas, destaca-se que para um dos professores entrevistados, narrar sobre os duros anos da ditadura foi visto por ele como um

motivo para participar da pesquisa, tamanha a necessidade que sentia de contar sobre o que aconteceu naquele período.

Aceitei fazer o presente trabalho com a intenção de esclarecer que o Golpe de 64 também chegou a UFMS. [...] Acredito que, se estes fatos até hoje não documentados, no futuro se poderá pensar que as pessoas progressistas de Mato Grosso do Sul nunca foram perseguidas nos anos de chumbo de 64. Foram perseguidas, sofreram muito moralmente, por suas posições, mas tiveram a honra de lutar ao lado da maioria quase esmagadora da Nação, pela Redemocratização do País. [...] Mato Grosso do Sul, pelos professores perseguidos, pelos alunos que foram amordaçados, por outras pessoas cheias de idealismo e amantes da democracia e outros tantos idealistas prova, através deste documento, que lutou com as demais pessoas idealistas do País pelo bem maior que um povo pode almejar, a “LIBERDADE”. (SILVA, 2009 apud SILVA; SILVA; PEREIRA, 2013, p. 165).

Em síntese, tratar deste período da história brasileira é necessário para que se compreenda que a ditadura forjou a resistência e a consequente constituição das universidades públicas brasileiras, como é o caso da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

2.3 A memória sobre a práxis docente e as lembranças “prazerosas” de como se constituiu a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Ser professor da Universidade é um orgulho muito grande. Já pensou um cara de família humilde que nem eu ser professor titular de uma universidade? (PADIAL, 2008 apud DELAMO; PEREIRA, 2013, p. 87).

Nas narrativas de vida do professor compreendemos como ocorreu a práxis docente e como se constituiu os valores presentes em determinada época para os sujeitos que a exerceram. Nóvoa (2007, p. 17) afirma categoricamente que “[...] é impossível separar o eu profissional do eu pessoal” e acrescenta ainda que o modo como cada professor atua em sala de aula ou no ambiente escolar está ligado intimamente ao que cada pessoa é quando no exercício dessa prática.

Essas riquezas no relato e o esforço que há por parte dos sujeitos em apresentar motivações e sentimentos também se justificam por uma vontade de apresentar um sentido a toda sua trajetória, adentrando às lembranças como um “desejo de explicação”. (BOSI, 1994, p. 419). As narrativas sobre a prática são explicitadas de acordo com as concepções que se tem em relação ao processo de ensino-aprendizagem, bem como a visão de ideal de educação que pautou a criação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Nesse caso, fica claro que a prática docente está diretamente ligada aos valores morais atrelados aos conhecimentos pedagógicos adquiridos.

Nós, os professores, éramos impulsionados a dar o melhor de nós mesmos mediante o interesse e dedicação da maioria dos alunos. Na verdade, sempre desejei traduzir os conteúdos por mim ministrados em objetivos de aprendizagem, partir da teoria para a prática (sempre que possível), aproveitar o interesse do aluno para sua apropriação do saber. Utilizei vários recursos de aprendizagem e muito a avaliação diária, oral ou escrita para controlar os conhecimentos adquiridos pelos alunos, provocar-lhes a reflexão e, com isso, desenvolver-lhes também o senso de responsabilidade, solidariedade e justiça. [...].(SILVA, 2008 apud PEREIRA; NISHIMOTO, 2013, p. 68).

Outros fatores que merecem destaque quando narram sobre a prática docente são as expressões de comprometimento com o bom funcionamento da instituição e pela criatividade e desprendimento material para gerir o trabalho docente. Isso pôde ser constatado mediante a evocação trazida acerca do início do funcionamento da faculdade de Farmácia, da montagem de seu laboratório e das aulas práticas da clínica odontológica:

A faculdade de Farmácia funcionou ali no Posto de Saúde do bairro Amambai e ali na Rua Candido Mariano, onde tem um Órgão do Ministério da Previdência Social. Arrumamos tudo, pintamos. E o Maymone chamou o pessoal do Exército para ajudar a montar o laboratório de farmácia, que usava muito vidro de uma característica especial (a boca era esmerilhada para não vazar). A gente pegava no Hospital Militar com a autorização do Maymone. Mas se o Coronel descobrisse, dava cadeia pra nós todos. O Maymone botava os sargentos dele pra trabalhar, pegavam os vidros, lavavam e tiravam os rótulos, acho que ainda tem até hoje um pouco desse material. Bom, o material de clínica odontológica era os nossos mesmos. Pegávamos emprestado, comprávamos caro. (PADIAL, 2008 apud DELAMO; PEREIRA, 2013, p. 98).

Observamos no relato do Professor Padial uma atividade motivada a alcançar um determinado fim: a fundação da Faculdade de Farmácia e Odontologia. Embora nosso entrevistado aponte que tenha trabalhado muito tempo sem remuneração, o que o motivava, assim como a todos os envolvidos, era a consolidação de um projeto:

Eu vim pra cá e fui trabalhar na faculdade. Pagava pra trabalhar. O Curso de Odontologia começou no Colégio Estadual Campo-Grandense. Um detalhe muito importante: Colégio Maria Constância de Barros Machado. Maymone conseguiu mobilizar toda a comunidade pra fundar a Faculdade de Farmácia e Odontologia. Vários professores: Paulo Henrique de Matos, Valdeck Maia e eu. Todo mundo trabalhando. O que é interessante é que Campo Grande, nessa época, tinha muita falta de energia elétrica, não tinha luz e no colégio o sistema elétrico estava todo deteriorado. E pra montar a faculdade nós tivemos que refazer. Essa Universidade só existe por causa da colaboração dos militares; os nossos professores e alunos eram praticamente todos militares. A colaboração do Hospital Geral foi a pedra basilar, tanto para os professores quanto para os alunos que estudavam e tinham que trabalhar,

VII Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica

UFMT – Cuiabá – 17 a 20/07/2016

Anais VII CIPA – ISSN 2178-0676

quer dizer, trabalhavam o dia todo e assistiam às aulas de noite, e o resto do tempo trabalhando para a Universidade, inclusive limpando o chão, essa era uma das coisas. (PADIAL, 2008 apud DELAMO; PEREIRA, 2013, p. 96).

Em síntese, a narração do fazer pedagógico nos oferece a possibilidade de conhecer episódios do início da UFMS e compartilhamos, com Bosi (2003) que esta não deve ser vista de forma unilateral, mas sim deve sobre a substância social da memória, ou seja, o que se deve valorizar é a força coletiva da memória, uma vez que esta é produzida no interior de uma classe.

À guisa de considerações finais

Observou-se que as memórias evocadas nas narrativas dos professores aposentadas são aquelas que destacam os momentos positivos da história profissional; essa é a imagem que querem que seja vista pelo “outro”. Os acontecimentos da profissão explícitos nas narrativas orais remetem a uma construção da carreira profissional que se deu por meio de um processo em desenvolvimento e não como forma estática e finalizada que começa e termina nos fatos narrados. (HUBERMAM, 2007).

Essas questões nos fazem constatar que o objetivo de se trabalhar com histórias de vida não é apenas ouvir “as histórias”, mas perceber o movimento dos fatos históricos da sociedade na vida de cada um.

O exercício de desvelar as subjetividades é sublinhado por meio da memória ao trazer as expectativas, sentimentos e significados, principalmente quando narra as relações com alunos, colegas e profissionais com quem trabalharam e também os acontecimentos dos “bastidores” no exercício da docência na UFMS.

Aquilo que sentiu em um determinado tempo e espaço é guardado na memória e ressignificado ao longo do tempo, sempre agregando novos elementos e valores os quais permanecem no “ser professor ou ser professora” e no “ser profissional”. Ao mesmo tempo, essas lembranças só poderiam ganhar dinamicidade no contato com o outro, nas relações com o grupo e com a sociedade. Essas influências do social são compartilhadas para que a história de vida se torne viva e plena. Embora as narrativas de professores aposentados tragam elementos da memória individual, são, na verdade, expressões da memória coletiva.

Ao conhecer parte da biografia de professores aposentados por meio de suas narrativas sobre as trajetórias escolar, acadêmica e profissional, foi possível identificar os meandros da história da educação dentro do cenário social que marca a história e a memória da cidade de Campo Grande e do estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, conhecer as contribuições ao campo educacional não se limita ao processo de ensino e aprendizagem, mas em reconhecer os protagonistas que corroboraram para a criação da primeira universidade no estado de Mato Grosso do Sul.

Por fim, vale ressaltar que a presente pesquisa apresentada neste trabalho não se esgota nas discussões e informações coletadas, haja vista que se compreende a memória não como algo estático, acabado e neutralizado, mas, ao contrário, dotado de dinamicidade e que, constantemente, admite novas interpretações e ressignificações e, portanto, os estudos referentes à temática podem e devem ser explorados e aprofundados.

Referências

- BENJAMIM, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____ . **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 197-221.
- BEN-PERETZ, M. Episódios do passado evocados por professores aposentados. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores.** 2. ed. Portugal: Porto Editora, 2007. p. 199-215.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos.** São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FIGUEIREDO, J. P. A. B.; FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos e abusos da história oral.** 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BOURDIEU, P. **Introdução a uma Sociologia Reflexiva.** In: _____. O poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 17-58.
- DELAMO, L. M. P. R.; PEREIRA, J. H. V. Edmir Padial: uma trajetória constituída nos movimentos de ação e transformação. In: PEREIRA, Jacira Helena do Valle; URT, Sonia da Cunha. (Org.). **Episódios do passado evocados por professores aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: Editora da UFMS, 2013, v. 1, p. 87-106.
- GALVÃO, A. M. de O.; LOPES, E. M. T. **Território plural: a pesquisa em história da educação.** São Paulo, SP: Ática, 2010.

GARCIA; E. P. QUEIROZ, E. R. ; URT, S. C. Professora Denise Tibau de Vasconcelos: da inquietação à realização – caminhos e descaminhos de uma formação que não se encerra. In: PEREIRA, Jacira Helena do Valle; URT, Sonia da Cunha. (Org.). **Episódios do passado evocados por professores aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2013, v. 1, p. 107-124.

GOODSON, I. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. Portugal: Porto Editora, 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. L. L. Schaffter. São Paulo: Vértice, 1994. (Original publicado em 1950).

HOUAISS, Antônio/Instituto (Org.). **Dicionário Houaiss Conciso**. Editor responsável: Mauro de Salles Villar, São Paulo, 2011. p. 526.

LANG, A. B. da S. Trabalhando com história oral: reflexões sobre procedimentos de pesquisa. **Cadernos CERU**. São Paulo. Série 2, n. 11, 2000. p. 123-134.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 9, n. 17, jan./jun. 2007, p. 240-264. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=86819554009>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

NÓVOA, A. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de Professores**. Portugal: Porto Editora, 2007.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Pierre Bourdieu: da “ilusão” a “conversão” autobiográfica. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 223-235, jan./jun. 2014.

PEREIRA, J. H.V ; NISHIMOTO, M. M. . Ruth Pinheiro da Silva: trajetórias sociais nas memórias de uma precursora do Ensino Superior em Campo Grande-MS. In: Jacira Helena do Valle Pereira; Sônia da Cunha Urt. (Org.). **Episódios do passado: narrativas de Professores aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. 1ed. Campo Grande: UFMS, 2013, v. 1, p. 57-86.

PITÉ, Jorge. **Dicionário breve de sociologia**. Lisboa: Editorial presença, 1997.

POLLACK, M. Memória e identidade social. Estudos históricos. **Revista dos Tribunais** Ltda, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de von. (Org.). **Experimentos com história de vida. (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

SILVA, M. F. A. ; SILVA, M. A. F.; PEREIRA, J. H. V. . Trajetória de João Pereira da Silva: ações, ideias e consolidações. In: Jacira Helena do Valle Pereira; Sônia da Cunha Urt. (Org.). **Episódios do passado: narrativas de professores aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. 1ed. Campo Grande: UFMS, 2013, v. , p. 143-170.

